PEP IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional UNESCO

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO IPHAN/UNESCO

Bolsista: Adriana Lucena
Área de formação: História
Supervisor: Tereza Carolina Frota de Abreu
Profissão/Função: Superintendente
Unidade do IPHAN/UF: 21º SR/ ES
Orientador: Luiz Cristiano de Andrade
Profissão/Função: Historiador
Unidade do IPHAN/UF: COPEDOC/RJ

Migração no Brasil - o caso do Espírito Santo: Ocupação territorial e herança cultural

Esta pesquisa tem como objetivo mapear a ocupação territorial e identificar as referências culturais atribuídas a grupos de migrantes italianos, dispersos por todo o Estado do Espírito Santo, registrando suas especificidades e inserindo-as no contexto nacional, destacando seus aspectos comuns e também os que as diferenciam dos demais estados e regiões. A pesquisa pretende ainda apresentar as diferentes narrativas historiográficas produzidas sobre o Estado do Espírito Santo e, mais especificamente, sobre a migração italiana.

1. Introdução

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

A atuação do IPHAN desde sua criação, em 1937, ainda como SPHAN, priorizou a arquitetura colonial, considerada "genuinamente brasileira". A arquiteta Lia Motta escreve sobre essa atuação:

> "(...) essa arquitetura era considerada, segundo os intelectuais modernistas que se associaram ao projeto de construção da nação iniciado pelo Estado Novo, na década de 1930, símbolo do "abrasileiramento" da cultura trazida pela metrópole. Representava a forma de um Brasil mestiço, fonte de compreensão dos brasileiros a partir da dinâmica que se estabeleceu no processo de construção da nação". [1]

[1] MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: Museus & cidades: livro do seminário internacional. Org: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, KESSEL, Carlos, GUIMARAENS, Cêça. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, pág. 128.

Um exemplo dessa atuação, amplamente contemplada na proposta do SPHAN, é a invenção, por parte dos modernistas, de um estilo que convencionaram chamar de arquitetura jesuítica, pensada como projeto nacional. Gilberto Freire em artigo publicado na Revista do Patrimônio fala sobre a arquitetura:

> "... foi talvez Debret quem primeiro fez justiça aos jesuítas portugueses que levantaram, num Brasil ainda rude e cheio de mato, edifícios urbanos nobres e até monumentais, importando para alguns, de Lisboa, materiais talhados e numerados mas, em geral, respeitando judiciosamente as exigências do clima e dos materiais existentes no país. Esse espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América se desenvolveria, porém, de modo mais acentuado na arquitetura doméstica; e mais por obra e graça dos mestres-de-obras, os bons mestres-de-obras portugueses".[2]

No Espírito Santo percebemos claramente essa atuação da instituição: Todos os bens tombados, doze imóveis no total, remetem ao período colonial brasileiro. Mais recentemente, como exemplo da nova diretriz assumida pelo IPHAN com o objetivo de contemplar a pluralidade cultural brasileira expressa na sua dimensão especificamente imaterial, foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em 2002, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras[3]. Uma vez registrado, o Ofício das Paneleiras encontra-se hoje em processo de salvaguarda.

A "arquitetura jesuítica" está representada em quatro edifícios tombados[4]; outros cinco bens tombados[5] também são igrejas, fato que afirma a identidade católica do povo brasileiro; e apenas três bens não remetem à questão da religiosidade[6] e são exemplares característicos da arquitetura rural e urbana colonial.

O IPHAN, além de proteger esses monumentos, apóia as atividades comunitárias, sejam elas religiosas ou não, e promove registros da memória através da organização de pequenos museus e ações ligadas a produções de festas.

No início do século XX e com o advento da república, Vitória, a capital do Espírito Santo, conquistava a autonomia política e administrativa ascendendo economicamente através da expansão das lavouras cafeeiras. Esses fatores contribuíram para que se iniciasse um processo de modernização na cidade como já vinha acontecendo nos grandes centros urbanos brasileiros.

---

[2] FREIRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº. 26, 1997, pág. 225.

[3] A panela de barro, produzida pelo Ofício das Paneleiras, é instrumento fundamental para se fazer a moqueca capixaba, símbolo da identidade cultural regional.

[4] A Igreja e Residência de Reis Magos (1943) no município da Serra, Igreja de Nossa Senhora da Ajuda (1950) no município de Viana, Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1970) no município de Guarapari e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência (1943) no município de Anchieta.

[5] A Igreja e Convento de Nossa Senhora da Penha (1943) no município de Vila Velha, principal símbolo de identificação e devoção da população capixaba; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Vitória (1946); a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Vila Velha (1950); a Igreja de São Gonçalo (1948) no município de Vitória e a Igreja de Santa Luzia (1946) localizada em Vitória.

[6] Casa e Chácara do Barão Monjardim (1940) localizada em Vitória; e dois sobrados (1967) também localizados em Vitória .

O responsável pela fase de melhorias na vida urbana capixaba foi o governador Jeronymo de Souza Monteiro (1908-1912). Valendo-se da influência da Belle Époque, ele reconstruiu a capital, ou seja, substituiu os casarios que representavam o passado colonial por edificações que incluíam o Espírito Santo na modernidade urbana característica do início do século XX.

A historiadora da arte Almerinda da Silva Lopes cita essa atuação de Jeronymo Monteiro e critica as conseqüências causadas para a cidade de Vitória.

"De 1908 a 1912, o Estado experimenta grande progresso no governo de Jeronymo de Souza Monteiro. Nomeando o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida para o cargo de Prefeito, Vitória seria nossa primeira localidade a mudar a sua antiga configuração de cidade colonial portuguesa, com ruas estreitas e tortuosas. Entretanto, sem que se lhe possa negar o mérito de empreendedor e idealizador de um futuro mais grandioso para o Estado, as idéias modernizadoras de Jeronymo Monteiro contribuíram para a descaracterização não só dos monumentos arquitetônicos religiosos, como até dos sobrados que acolhiam as casas comerciais e as residências".[7]

A nova configuração que a cidade vai ganhando, após cada modificação, não incomoda a população que vê com bons olhos os novos "signos" do progresso. Dessa forma ocorre a substituição dos casarios coloniais pelos edifícios ecléticos. Através de matérias na imprensa podemos observar o enaltecimento dessa "modernidade".

"(...) Dentro em pouco, Victoria, será uma cidade formosa e confortavel, reformada de accordo com os mais modernos principios de techinica e estethica urbana em voga nas grandes capitaes do mundo.

Será um ponto magnifico de atracção turistica pela belleza de suas paragens e conforto de suas novas edificações. Sob esse aspecto, dada a facilidade de comunicações com a capital da República, Victoria será, com effeito um ponto encantador pra a visita dos estrangeiros que aqui vêm, á procura de sensações novas (...) O progresso urbano de Victoria tem sido muito rápido. Agora mesmo, acha-se em via de conclusão um bello arranha-céo, onde será installado um moderno e confortavel hotel, além de um luxuoso cinematographo, localizado no andar terreo.(...)"[8]

Os monumentos representativos do Espírito Santo foram tombados logo após a criação do IPHAN, em 1937, quando Getúlio Vargas já havia ascendido ao poder. É ele que irá designar profissionais como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Cândido Portinari, dentre outros, para projetar o edifício do Ministério da Educação e Saúde, ícone principal da arquitetura moderna.

Esses profissionais denominados modernistas negaram a modernidade da Primeira República, ou seja, aquela expressa pelo ecletismo e elegeram como estilo genuinamente nacional a arquitetura colonial.

Pensando no caso do Espírito Santo, encontramos aqui a justificativa por tão poucos bens tombados no Estado: a modernização que Vitória e outros municípios sofreram no início do

[7] LOPES, Almerinda da Silva. Arte no Espírito Santo do século XIX à Primeira República. Vitória: Ed. Do Autor, 1997, pag. 21.

século XX com influência da Belle Époque foi rejeitada pelo IPHAN que pensava num projeto nacional. Dentro desse projeto, os únicos bens que interessavam eram os representativos da arquitetura colonial. Dessa maneira, o IPHAN narrou a história do estado através dos bens que tombou, ou seja, contou a história da sociedade capixaba afirmando a herança da "nação colonial" católica, patriarcal, agrária e escravocrata.

O IPHAN reconheceu apenas a herança européia portuguesa característica dos primeiros séculos de colonização. Assim, a herança européia originada do fluxo migratório do século XIX foi negada pela instituição.

A colonização européia acontecia paralela às modificações urbanas em fins do século XIX e início do XX, contribuindo para o conceito de "modernização" e trazendo diferentes influências arquitetônicas de países como Alemanha e Itália, principalmente.

Influências que irão muito além das construções e se integrarão ao costumes locais delineando uma nova cultura para o estado.

Vestígios da colonização e história do Espírito Santo e do Brasil, esses bens culturais que a pesquisa contempla, podem ainda ser observados no estado capixaba, apesar de muitos imóveis estarem em estado de degradação e esquecimento.

Porém, a narrativa que o IPHAN produz para justificar a pequena quantidade de bens tombados no estado se baseia na historiografia capixaba, centrada no "isolamento histórico" do Espírito Santo. Em 1981, no folhetim produzido pelo então SPHAN, assim era descrito o trabalho a ser feito no Espírito Santo:

> "resgatar a identidade cultural do Estado. Este é, no momento, o desafio que se apresenta aos que lidam com a problemática cultural do Espírito Santo. Um trabalho gigantesco, porque demanda uma compreensão e valorização internas do processo cultural do Espírito Santo, Estado que, por força de um isolamento histórico, é um grande caldeirão vivo das forças mais expressivas que formaram a nacionalidade brasileira."[9]

2. As narrativas historiográficas produzidas

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)

O estudo sobre a historiografia capixaba identificou diferentes narrativas historiográficas produzidas sobre a migração italiana e consequentemente, sobre a história do Espírito Santo.

---

[8] Dr. Audifax Borges de Aguiar. In: Jornal Correio do Sul. Estado do Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim, ano I, nº 80, 07 de março de 1929, pag. 1.

[9] SPHAN próMemória n. 15, novembro/dezembro 1981. Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória.

Narrativas estas que tiveram sua gênese com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), em 1916, ao qual coube a tarefa de inventar um passado capixaba, destacando a história regional no quadro nacional.

A criação do Instituto capixaba foi incentivado pelo projeto político implantado com a Primeira República que consistia num modelo federativo, com a descentralização dos poderes dos estados. Assim, o momento era oportuno para a elite capixaba escrever a história do estado e ascender o Espírito Santo ao contexto nacional.

O juiz e sócio efetivo do IHGES, Getúlio Marcos Pereira Neves, escreve sobre o objetivo de se criar o Instituto e a que ele se destinava.

"Anthonio Francisco de Athayde, Archimino de Mattos e Carlos Xavier Paes Barreto constituíram a 12 de junho de 1916 um grêmio destinado ao estudo do Estado, sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista material. Da ata de sua fundação vê-se que o instituto capixaba era concebido da mesma maneira que os demais sob os auspícios estatais e reunindo em seus quadros a elite dirigente local, composta de representante do Governo do Estado, a quase totalidade dos desembargadores da Corte estadual, militares, clérigos, professores e profissionais liberais, ou seja, intelectualidades locais. (...) Foi fundado para a criação e conservação de uma história local que à altura destinava-se à valorização da expressão da individualidade capixaba frente à nacional."[10]

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, coube a tarefa de escrever e sistematizar a história nacional com o objetivo de traçar e construir a nacionalidade brasileira. Criado durante o período imperial, sua função era centralizar as informações sobre a história e a geografia do Brasil no Rio de Janeiro, a capital do império.

As diretrizes traçadas para o desenvolvimento dos trabalhos do IHGB foram apresentados em 1839 por Januário da Cunha Barbosa, então primeiro-secretário da instituição. Manoel Salgado, em 1988, reproduz o conceito central dessas diretrizes.

" (...) coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Estes primeiros estatutos estabelecem também as pretensões do IHGB em manter relações com instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que, incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil. (...) Do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira.(...) concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos".[11]

Assim, 78 anos depois, o IHGES foi criado para inserir o Espírito Santo nessa construção da nação e destacar a importância do estado na república federativa. As atividades

[10] NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do IHGES. Vitória: IHGES, 2003, pag. 21.
[11] GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e civilização no trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pág. 5-27.

desenvolvidas e os estudos produzidos regionalmente reproduziam o pragmatismo da história característico do IHGB.

Vale lembrar que Vitória, capital do Espírito Santo, passava, como já foi dito, pelo processo de modernização do centro urbano decorrente da autonomia que o estado ganhara após a Proclamação da República. Essa reforma urbana e a criação do instituto onde se reuniria a intelectualidade local eram vistos como necessários para a legitimação do estado perante a ordem nacional. Mas, como escreve Getúlio Marcos Pereira Neves, ainda fazia-se necessário eleger um representante que simbolizasse e justificasse a importância do estado capixaba na federação.

> "... era preocupação do futuro desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, na ocasião fazendo um rápido inventário das tradições locais, que tantas tradições e tantas riquezas não passem quasi obscuramente, para tanto, propunha dar-se a conhecer "o corpo e a alma" do Espírito Santo, isto é, a sua geografia e a sua história. A intenção era clara: a elite dirigente local havia de legitimar-se perante a ordem nacional pelo resgate da participação destacada de um capixaba no movimento que herdeiro da abortada conjuração mineira de fins do século XVIII fez a ponte entre esta e o vitorioso movimento que culminou em 1822, por um lado e o que desaguou em 1889 na mudança do regime, por outro".[12]

O "herói" eleito como mito histórico para legitimar o estado perante a ordem nacional foi Domingos José Martins, capixaba nascido em Itapemirim. Juntamente com outros entusiastas, foi um dos precursores ideológicos da forma republicana de governo implantada com êxito no país, o que supostamente dava ao Espírito Santo participação importante nessa implantação.

A metáfora utilizada por Carlos Xavier Paes Barreto para justificar a importância da criação do Instituto afirmava o desejo de que o Espírito Santo "ressurgisse" no cenário nacional através do conhecimento do seu "corpo e alma", isto é, através de "sua geografia e sua história".

Muito antes da fundação do IHGES, Januário da Cunha Barbosa valeu-se de uma metáfora para justificar a criação do IHGB. A expressão "Luz e Ordem" que Manoel Salgado reproduz simbolizava os ideais iluministas que tiveram influência direta na criação do IHGB. Como centralizador da história nacional, cabia ao IHGB definir uma identidade para o Brasil ainda desconhecido e disperso.

> "...embora não claramente explicitado nos primeiros estatutos do IHGB, o objetivo de escrever uma história do Brasil esteve sempre presente. O instituto seria, nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, a luz a retirar a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de "Luz e Ordem". O uso desta curiosa metáfora nos discursos do IHGB indica tradições intelectuais muito precisas e aponta no sentido da definição de uma identidade, tarefa para a qual estava reservado um papel central e diretor da instituição. Tratava-se de desvendar o "nosso verdadeiro caráter nacional", e para este fim o IHGB deveria realizar a sua parte."[13]

---

[12] NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do IHGES. Vitória: IHGES, 2003, pag. 22.
[13] GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e civilização no trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pág. 5-27

O IHGB, desde sua criação, cultivou a concepção da história como mestra da vida, ou seja, a idéia de que os acontecimentos e processos históricos devam servir de exemplo e de modelo para a construção da sociedade que se pretende no presente. Hartog escreve sobre essa concepção da história como "exemplo".

"...ela é coletânea de *exempla* e "mestre da vida". Esse é o tema das lições da história. Almejando formar o cidadão, esclarecer o homem político, ela deve também poder servir à instrução do homem particular. Narrativa das inconstâncias da sorte, ela deve ajudar a suportar as viradas da sorte, e propõe exemplos a imitar ou a evitar. Ela se torna desde então, de bom grado, "biografia": mais ciosa ainda do que não se vê imediatamente, atenta a tudo que Plutarco chamará os "signos da alma", brinca com o encadeamento, admiração, emulação, imitação. História filosófica, quer dizer moral ou seja, esse espelho estendido em que cada um, através dos retratos escovados e as anedotas contadas, pode observar-se, tendo em vista agir e tornar-se melhor".[14]

A tarefa dos sócios e fundadores dos Institutos Históricos e Geográficos era a de sistematizar as teorias existentes e transformá-las numa narrativa das origens nacionais. Valiam-se assim da própria retórica, comum à elite, ou melhor, à intelectualidade nacional à qual pertenciam.

"...é evidente que o trabalho do historiador, seu talento, sua originalidade com relação a seus predecessores, em resumo tudo aquilo em função do que um príncipe a ele recorreria decorre do seu domínio da arte da exposição. Em tal regime de historicidade, a história pertence claramente ao campo da retórica. (...) Ela é obra oratória por excelência: o *orator,* mas também o homem político é o homem capaz de escrever".[15]

Essa afirmação de Hartog se mostra no quadro de fundadores do IHGB, onde os intelectuais presentes não eram necessariamente historiadores mas estavam responsáveis por escrever uma narrativa nacional de acordo com seus princípios e aspirações.

Da mesma maneira, anos mais tarde, esse quadro viria a se reproduzir no Espírito Santo, onde os sócios fundadores do IHGES pertenceriam à elite capixaba. Manoel Salgado nos possibilita conhecer o perfil desses intelectuais que estavam à frente do IHGB, ou seja, a elite pensante da capital do império:

" um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em

[14] HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. IN: BOURTIER, Jean e JULIA, Dominique (org). Passados Recompostos – Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998, pag. 197
[15] Idem 14.

Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica."[16]

É importante salientar contudo que, assim como o IHGB, também o IHGES utiliza-se inicialmente da história-narrativa, ou seja, privilegia a escrita da história através de acontecimentos e de indivíduos, elegendo mitos e heróis nacionais.

Em síntese, o IHGB, durante o século XIX, pretendia forjar o conceito de nação para o Brasil ainda local e regional. Eram eles também que, além da construção da nação, estavam preocupados em conceber uma identidade nacional.

"(...) a Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo".[17]

O Espírito Santo na historiografia brasileira

No contexto da historiografia produzida nacionalmente, o Brasil era pensado através dos ciclos econômicos, fato que levou o Espírito Santo a um "esquecimento" na historiografia devido à sua não participação significativa nesses ciclos.

A cana-de-açúcar, caracterizada como um dos primeiros ciclos econômicos, foi o principal produto de exportação brasileiro durante praticamente todo o século XVII e ficou concentrada nas capitanias do nordeste brasileiro, principalmente Pernambuco e Bahia. A capitania do Espírito Santo chegou a produzir açúcar, porém sua participação em âmbito nacional foi modesta.

A queda dos preços da exportação do açúcar coincidiu com o início da mineração no Brasil. E as riquezas geradas por esse novo ciclo econômico, que perdurou por todo século XVIII, transferiram-se para a capitania de Minas Gerais.

Carlos Teixeira Campos reproduz em 1998 o conceito defendido quase que unanimemente pelos autores capixabas sobre o porquê do "atraso" da província em relação às demais. A justificativa do território capixaba ter sido usado como barreira natural para proteger o ouro encontrado em Minas Gerais é característica dessa historiografia.

"As descobertas do ouro nas Minas Gerais, aos invés de proporcionar a redenção para o Espírito Santo como se poderia imaginar, aumentou o seu atraso. Embora o território do Espírito Santo fosse a

[16] GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e civilização no trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pág. 5-27.
[17] Idem 16.

passagem natural do ouro recém descoberto, por razões políticas, o seu escoamento deu-se pelo Rio de Janeiro. O território capixaba foi utilizado como barreira para proteger a região mineira de possíveis invasões de estrangeiros. Assim sendo, impediu-se que do Espírito Santo fosse aberto qualquer caminho que pudesse chegar às Minas Gerais. Resultado: o Espírito Santo ficou parado no tempo. [18]

O Espírito Santo só viria se integrar à economia brasileira com a expansão do ciclo cafeeiro que teve início no século XIX. Mas a escassa população da província apresentava-se como um obstáculo à expansão da lavoura cafeeira no estado.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro Raízes do Brasil, escreve sobre essa questão.

"O litoral do Espírito Santo, o "vilão farto" de Vasco Fernandes Coutinho, assim como a zona sul-bahiana, as antigas capitanias, de Ilhéus e Porto Seguro, permaneceram quase esquecidos dos portugueses, só porque justamente nessas regiões, eles tinham encontrado grandes claros na dispersão dos tupis, que não chegaram a desalojar os primeiros habitantes do lugar. Handelmann chegou a dizer, em sua "História do Brasil", que excetuando o alto Amazonas, era esta, a zona mais escassamente povoada de todo o Império, e espantava-se de que, após 300 anos de colonização, ainda houvesse uma região tão selvagem, tão pobremente cultivada, entre as baías de Todos os Santos e a baía do Rio de Janeiro".[19]

Os migrantes europeus na historiografia capixaba

Na historiografia capixaba, nota-se duas narrativas distintas sobre a migração européia e particularmente italiana. A primeira e mais forte apoiada na valorização da história econômica atribui à chegada dos migrantes europeus a colonização e o desenvolvimento do Espírito Santo. A segunda, menos influente e debatida, apoiada na vertente da história cultural discorda com a generalização de "vazios demográficos", considerando a presença indígena, principalmente no tocante à ocupação territorial.

Nessa segunda narrativa, destaca-se a historiadora Vania Moreira que escreve sobre a produção histórica dos "vazios demográficos". Ela critica o grande número de obras dentro da historiografia capixaba que tratam do caso da migração européia como sendo o principal grupo a colonizar as terras espírito-santenses.[20]

"Como em um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de "vazios demográficos". O caráter semi-nômade e arredio dos índios dos sertões, as freqüentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em

[18] CAMPOS, Carlos Teixeira Jr. Imigração italiana e a construção da pequena propriedade no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. – org. Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998, pág. 161.
[19] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pág. 106.
[20] Sobre esse assunto ver: NOVAES, Maria Stella; DERENZI, Serafim; BISSOLI, Orestes; CAVATI, João Batista, dentre outros.

grande medida, para forjar a idéia de que partes do Brasil eram ou até mesmo sempre foram sertões sem gente".[21]

Essa visão, que excluía os negros e os indígenas no Espírito Santo, foi "herdada" do projeto centralizador e nacional que o IHGB impunha a partir da sua produção histórica. Novamente, Manoel Salgado é quem nos transmite essa idéia.

" ao definir a Nação Brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do "outro", cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. (...) Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico (...)".[22]

A vinda de migrantes europeus para as terras capixabas, teve, de fato, teve um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade local. Porém, é preciso cuidado ao analisar a bibliografia sobre esse tema, visto que algumas valem-se da tese do "vazio demográfico", ignorando a presença das tribos indígenas que habitavam essa região.

"É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme "vazio demográfico", totalmente disponível à ação colonizadora oficial e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para o padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados "índios bravos", representantes das tribos puri, coroado, botocudo e outras, mas também os então denominados "índios mansos", "domesticados", isto é, pertencentes às tribos tupiniquim e temiminó, que desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso-brasileira."[23]

No que diz respeito à elite e aos políticos, apesar de silenciados e de não serem interessantes econômicos e socialmente, as outras duas raças formadoras da sociedade capixaba se faziam presentes nas entrelinhas. Em 1848, o então presidente da província do Espírito Santo doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em seu relatório, estudou as causas para o atraso da província em relação às demais e concluiu:

"Desde logo se me deparou como a primeira a falta de população industriosa e livre, que se applicasse a lavoura, e tirasse de suas magnificas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que offerecem com tão larga profusão. Observei também que logares há na provincia, para os quaes se

[21] MOREIRA, Vania M. L. A produção histórica dos "vazios demográficos": Guerra e Chacina no Vale do rio Doce 1800-1830, pag. 100.
[22] GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e civilização no trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pág. 5-27.
[23] MOREIRA, Vania M. L. A produção histórica dos "vazios demográficos": Guerra e Chacina no Vale do rio Doce 1800-1830, pag. 100.

pode convidar a emigração estrangeira estabelecendo-se nucleos de colonisação, não só por ser ella quasi cortada de rios navegaveis, cheia de portos, e possuindo grande extensão de mattas riquissimas, ainda devolutas, muito abundante de madeiras de lei, mas tambem por cobrirem taes mattas terrenos mui ferteis para toda sorte de cultura..."[24]

Entender as duas narrativas sobre a migração foi necessário para desenvolver o objeto da pesquisa que se encontra na obra maior da historiografia capixaba. Assim, fez-se necessário estudar o IHGES e consequentemente o IHGB.

Um dos papéis do IHGES foi o de articular os processos históricos ocorridos até então e principalmente buscar dados para definir a identidade da sociedade capixaba.

Identidade essa que só poderia ser entendida considerando-se os processos migratórios do século XIX, principalmente os europeus e em especial os italianos.

3. A Migração européia

Na segunda metade do século XIX, intensificaram-se os rumores sobre o fim do tráfico, fato que motivou os debates em torno de quem substituiria a mão-de-obra escrava. Apresentava-se duas possibilidades: absorver os negros libertos ou incentivar a imigração européia. A imigração era vista como melhor alternativa, e teria duas funções: a de colonizar e povoar as áreas desabitadas do território e a de contribuir para o "aprimoramento" do povo brasileiro. Desde meados do século XIX, a elite nacional via com bons olhos as teorias científicas raciais que se anunciavam na Europa.

Com a imigração, além da mão-de-obra para as lavouras, pretendia-se contribuir para a "construção" da identidade nacional, onde a nação ideal era branca, livre, católica e trabalhadora, características atribuídas ao povo europeu.

Embora a entrada desses imigrantes fosse vista como positiva pelo governo Imperial, que passou a incentivá-la, existia uma forte corrente contrária, liderada sobretudo pelos latifundiários que não aceitavam o acesso gratuito à terra oferecido pelo governo. Atendendo a essas reivindicações, em 1850 foi alterada a legislação que discorre sobre a propriedade de terras:

"Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de extrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação extrangeira na forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do

[24] Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de N.L. Vianna, 1848.

Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra(...).”[25]

É já na vigência da Lei de Terras que a grande maioria de migrantes europeus viria a se estabelecer em terras capixabas. Atraídos pelas propagandas do governo imperial, traziam consigo a esperança de melhores condições de vida e o sonho de “fazer a América”.

Migração européia para o Espírito Santo

A migração européia para a província do Espírito Santo teve início na primeira metade do século XIX com incentivos da política imigrantista imperial que pretendia criar colônias para a instalação de pequenas propriedades com o intuito de colonizar as terras brasileiras.

O Espírito Santo se beneficiou dessa política devido às extensas áreas escassamente povoadas e devido principalmente à intervenção do governo provincial como pode ser percebida em alguns relatórios de províncias, como este de José Mauricio Fernandes Pereira de Barros de 1856:

“...a província do Espírito Santo felizmente, abundante como é de terras devolutas mui ferteis, com um clima ameno, cortada de rios navegaveis e de lagoas auriferas e piscosas, possuindo em suas mattas preciosissimas madeiras, bordadas em seu litoral de portos de seguro ancoradouro com uma navegação costeira já estabelecida e importante, acha-se por certo nas mais lisongeiras circumstancias para proporcionar a esse meio civilisador todas as vantagens que delle se deve auferir. Devemos pois acolher todo impulso que o governo geral que em sua sabedoria e sollicitude julgar dever prestar a esta provincia com a introducção de colonos que venhão aproveitar-se dos beneficios que um solo tão favorecido lhe deve liberalisar”.[26]

A migração no Espírito Santo foi caracterizada por uma especificidade em relação as demais ocorrências do sudeste brasileiro. Os italianos tinham uma dupla “missão”: colonizar o território capixaba e suprir a falta de mão-de-obra “industriosa” para o trabalho na agricultura. Parte significativa desses migrantes instalaram-se em pequenas propriedades e dedicaram-se ao cultivo do café, o que proporcionou ao Espírito Santo a inserção no contexto da economia nacional em fins do século XIX e início do XX.

Caio Prado Júnior em seu livro História Econômica do Brasil, publicado em 1942, destaca essa especificidade e diferencia os termos imigração e colonização:

---

[25] Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.

[26] Relatorio que o exm. senr. presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1856, pag. 22.

"...O processo de recrutamento e fixação dos imigrantes nas fazendas passou a ser denominado imigração subvencionada, reservando-se o nome de colonização ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. (...) O sistema de "colonização" terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina e Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas".[27]

O evento da migração capixaba foi estudado por diversos autores e dentre eles o trabalho que se destaca é o da historiadora Gilda Rocha[28], que a dividiu em três fases distintas:

- a primeira, compreendida entre 1847-1881, é caracterizada pela criação de colônias oficiais de pequenas propriedades;
- a segunda, compreendida entre 1882- 1887, é caracterizada pela suspensão de favores governamentais com a subordinação do Espírito Santo aos interesses da lavoura cafeeira paulista;
- a terceira, compreendida entre 1888-1896, é caracterizada pela ação direta do governo local onde em sua maior parte os colonos eram encaminhados para as grandes fazendas de café.

O ano de 1847 foi considerado como início da primeira fase da migração devido à chegada dos primeiros colonos europeus, os alemães, que foram encaminhados para a recém criada colônia de Santa Izabel, subvencionada pelo Império.

No relatório de 1848, assim o presidente da província Luiz Pedreira do Coutto Ferraz define os colonos:

"...os colonos são em geral moralisados e amigos do trabalho. Tendes a prova de sua moralidade em que, ha cinco mezes que estao na provincia, acharão-se algum tempo juntos na mesma casa, continuão a estar reunidos, e ainda não houve entre elles uma rixa seria, uma desintelligencia, nem acto algum reprovado que chegasse ao meu conhecimento. Quer o seu director, quer os demais empregados da colonia, estimão e louvão o seu procedimento, o que tudo e confirmado por minha pessoa nas diversas e repetidas vezes, que tenho ido a mesma colonia. E' d'esta gente que devemos querer na provincia, e animar sua introducção".[29]

Catorze anos mais tarde, em 1862, o então presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior, escreve em seu relatório as condições da mesma colônia:

"...Este estabelecimento continua a prosperar. Com quanto o solo em que o situarão não se distingua pela fertilidade, sendo a esse respeito inferior aos terrenos que ficão ao N. de Santa Cruz, e ao S. de Guarapary, todavia produz regulamente os diversos generos de cultura do paiz, e os colonos, respirando o ar vivificador das montanhas, animados pelo espectaculo de uma eterna vegetação, satisfeitos com o

[27] PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, pag. 189-190.
[28] Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896). Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1984.
[29] Relatório do presidente da província do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diário de N.L. Vianna, 1848, pag. 39.

gosos da propriedade territorial a quem as leis do paiz protegem generosamente, ostentão ao viajante, geral contentamento, e vivem felizes na sua nova patria.
O numero de colonos actualmente é de 753. Os generos cultivados pelos colonos são principalmente mandioca, milho, feijão, batatas, legumes e o café. Os colonos mais antigos não se entregarão com a devida attenção ao cultivo d'esta preciosa planta, de sorte que a colheita em todo o estabelecimento não é superior a 3000 arrobas..."[30]

Além desta e ainda no que se refere à primeira fase da migração capixaba, foram criadas outras três colônias patrocinadas pelo Governo Imperial e que viriam a se tornar as mais importantes da província: a de Rio Novo, a de Santa Leopoldina e o Núcleo Colonial de Castello.

A Imperial Associação Colonial de Rio Novo foi criada por particulares em 1855. No relatório de 1856, o então presidente José Mauricio Fernandes Pereira de Barros assim a descreve:

"O estabelecimento colonial deste nome, emprehendido por uma associação de que é director o Major Caetano Dias da Silva autorisado pelo decreto nº 1263 de 24 de fevereiro do anno passado, que approvou seus estatutos, será situado na margem norte do rio Itapemirim nos terrenos da fazenda do Limão, em outros além do Rio Novo que possue o dito director, e nas vinte legoas que lhe foram vendidas pelo governo imperial".[31]

Esta colônia viria a se transformar na mais importante da província pela área que ocupava, pelo número de colonos e consequentemente pela sua produção. Estava dividida em cinco territórios e encontrava-se na área hoje correspondente aos municípios de Itapemirim, Anchieta e Guarapari, estendendo-se pelas bacias dos rios Novo, Benevente, Iconha e Itapemirim. João Batista Cavati, estudioso da temática da Imigração Italiana no estado, escreve em 1973 sobre esta colônia.

"...o primeiro território tinha sua sede em Rio Novo. O segundo território localizava-se a margem do Rio Benevente e recebeu em 1875, no mesmo ano em que chegaram os de Santa Teresa, 230 tiroleses, desembarcados em Benevente. O terceiro território instalado nos municípios de Benevente e Itapemirim abrangendo o porto de Iconha, em 1883 já contava com 1350 habitantes, dos quais 926 italianos. (...) O quarto território banhado pelo Rio Benevente e seus afluentes, recebia em julho de 1875 seus primeiros imigrantes, todos austríacos. (...) O quinto território, localizado nos municípios de Benevente e Guarapari, em 1876 recebia os seus primeiros povoadores, tendo já em 1883, 487 italianos e 39 brasileiros".[32]

A terceira colônia fundada foi a de Santa Leopoldina em 1857 e dividida em duas partes distintas. A primeira denominada colônia de Santa Maria, situada ao norte do Porto de Cachoeira, onde estabeleceram-se os primeiros colonos chegados em março de 1857. Estes colonos eram na maioria suíços descontentes por contratos de parceria e transferidos pelo

[30] Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinaria de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1862, pag. 46 e 47.
[31] Relatorio que o exm. senr. presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1856.

governo imperial de Ubatuba para Santa Maria. O solo nesta parte da colônia era pouco fértil e bastante montanhoso. Vendo estas dificuldades, o presidente da província, em fins de 1857, solicitou que fossem explorados novos sítios para o melhor desenvolvimento da colônia. O local escolhido veio a constituir a segunda parte da colônia, a oeste do Porto de Cachoeira.

"(...) O digno director daquelle estabelecimento o major Fernando Antonio Ferreira Castello e o engenheiro Amelio Pralon, os quaes informarão haver encontrado na direcção do antigo quartel de Bragança, e ao sul do primeiro assento, terrenos excellentes, e de uma extensão própria á satisfazer ás vistas governativas. Terreno optimo para a cultura, pouco montanhoso, regado em todos os sentidos por pequenos corregos, e offerecendo planicies extensas tanto para o sul, quanto para o oeste, eis o que se encontra na nova Colonia de S Leopoldina, cujos moradores, tendo hoje excellentes estradas e pontes para todas as localidades habitadas de sua visinhança, já tem plantações de milho, feijão, arroz e mandioca".[33]

A última colônia fundada através do patrocínio imperial foi a de Castello, em 1880, cuja população era constituída principalmente de italianos e tiroleses.

"com a emancipação da Colonia de Rio Novo foi creado este nucleo para aproveitar-se a extensa zona de excellentes terras devolutas, que demoram á margem do alto Benevente. (...) no dia 16 de janeiro ultimo desembarcaram no porto de Benevente os primeiros immigrantes destinados a estes nucleo".[34]

Para atrair mão-de-obra européia e laboriosa, o governo imperial promoveu propagandas, como a descrita abaixo, através de mapas da província com legendas escritas à margem nos idiomas alemão, francês, inglês e português. Nota-se, nesse caso, a exclusão do idioma italiano, povo que, apesar de tardiamente, viria em grandes contingentes povoar a província.

"**Favores a emigração**. – os navios que trouxerem emigrantes para o império terão direito a dedução do imposto de ancoragem na razão de 2 ½ toneladas por colono que desembarcar.

São isentos do pagamento de direitos os sobressalentes dos viveres destinados á viagem, e bem assim os instrumentos de agricultura e de qualquer arte liberal ou mechanica, que os colonos e artistas que vierem residir no Imperio trouxerem em sua bagagem.

No Rio de Janeiro encontrarão os emigrantes por preço modico, hospedagem commoda na Hospedaria do Governo. Hai receberão do agente do governo, que irá a bordo dos navios de emigrantes, todas as informações que desejarem.

Venda de terra. – o Governo venderá terras em algumas de suas colonias, ou nas localidades que os emigrantes preferirem e lhes dará transporte gratuito do Rio de Janeiro ao porto marítimo á que se destinarem.

Feita a escolha das terras e respectiva medição ser lhes há entregue o título definitivo de propriedade mediante o pagamento do preço da venda que sera de 1 a 2 reaes a braça quadrada.

Os possuidores de terras compradas ao estado fica sujeitos aos seguintes onus: 1° Ceder terreno para estradas publicas. 2° Dar servidão aos vizinhos para communicarem com a estrada publica, povoação ou porto de embarque. 3° Consentir na tirada de água desaproveitadas. 4° Sujeitar á legislação vigente a descoberta de quaesques minas.

---

[32] CAVATI, João Batista. História da Imigração Italiana no Espírito Santo. Belo Horizonte: São Vicente, 1973, pag. 47.

[33] Relatorio que o exm. sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da provincia do Espirito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1858.

[34] Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Espirito-Santo em sua sessão ordinaria de 8 de março de 1881 pelo presidente da provincia, exm. sr. dr. Marcellino de Assis Tostes. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1881, pag. 41.

Naturalisação. – os emigrantes que comprarem terras e se estabelecerem no Império poderão naturalizar-se cidadãos brasileiros depois de dois annos de residência. Requerendo porem ao Corpo Legislativo poderão obter dispensa de lapso de tempo, e naturalisar-se logo depois de sua chegada. A declaração feita perante a Câmara Municipal ou Juiz de Paz, de querer fixar domicilio no Imperio, fazendo mensao de seu paiz natal, religião e estado são as formalidades exigidas para que os solicitantes possao obter gratuitamente o titulo de naturalisação, uma vez que tenhao prestado juramento de fidelidade á Constituição e Leis do Imperio.

Os naturalisados são isentos do serviço militar, mas estão sujeitos ao da Guarda Nacional do município que pertencerem. Gozao de todos os direitos políticos consagrados na Constituição, menos o de ser Deputado, Ministro d'Estado e Regente do Imperio.

Direito aos estrangeiros.- os estrangeiros gozao no Brasil de todos os direitos civis que competem aos nacionais. Assim tem elles ampla liberdade no exercicio de qualquer industria, pelo prejuízo de terceiro, asylo inviolavel em sua casa; garantia de direitos de sua propriedade material e intelectual; tolerancia completa em materia de religião; inviolabilidade da correspondencia postal, e ensino primario gratuito.

O Governo do Brasil é estavel, suas autoridades e leis protegem todos sem distinção de classes, a distribuição da justiça civil e criminal é feita com igualdade".[35]

Com a criação do decreto nº 3784 de 19/01/1867, o governo imperial regulamenta e trata dos favores e auxílios a serem prestados aos imigrantes através da criação de colônias destinadas a pequenos proprietários. A província do Espírito Santo também vai ser beneficiada com esse decreto, mas para isso é preciso reforçar a propaganda da província capixaba.

"A Inspectoria Geral de Terras e Colonização attendendo á deficiência e imperfeição dos mappas da província do Espírito Santo. (...) Competentemente autorisada pelo Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, mandou publica-las no intuito principal de tornar mais conhecida pelos europeus, que se dirigem ao Brasil com o fim de se estabelecerem na agricultura, as riquezas naturais e vantagens que podem ali encontrar (...).

Agricultura, Commercio e Industria. – a agricultura limitada ainda aos pontos mais próximos do litoral, não tem tido o desenvolvimento necessário para alcançar o grao de prosperidade a que pode e deve ella atingirem em solo tão ubérrimo, tornando-se a principal fonte de riqueza publica e particular.

O desaparecimento gradual e constante que se vai operando na população escrava e a falta de braços livres que substituao a dos captivos, são por certo a causa principal do pouco desenvolvimento da lavoura, que se acha ali circumscripta aos valles dos grandes rios, e as terras adjacentes á partte navegável d'áquelles cursos d'águas.

Tem contribuido igualmente para a marcha lenta da agricultura a extração e commercio de madeiras, e de outros productos naturaes, visto a lavoura exigir intelligencia de modo expontaneo á extração e offerecem ao mercado um gênero de troca fácil, rendoso e independente de qualquer esforço ou empate de capitaes. (...) o cultivo da canna de assucar parece que tende a despparecer, tal é o abandono que ele tem cahido (...) principalmente á falta de braços nos pontos onde ella melhor se desenvolve, como sejão Linhares, Nova Almeida, Santa Cruz e Benevente".[36]

A entrada de migrantes europeus vai se intensificando no final do século XIX e a partir de 1874 começam a se estabelecer os italianos, que viriam a se tornar, anos mais tarde, o povo

[35] Mappa da Parte Septentrional. Província do Espírito Santo. Organizado sobre os trabalhos de R. v. Kruger e outros por Carlos Krauss. Publicado por ordem de Ex. Sr. Cons. Dr. Antonio Franco de Paula Souza – Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios d'Agricultura e Obras Públicas. – 1866. Rio de Janeiro, Cartografia, Biblioteca Nacional.

[36] Breve Noticia Descriptiva sobre a Província do Espírito Santo, 1878. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC 4 – 1 – 20.

mais numeroso a povoar as terras capixabas. Vieram na sua maior parte da região norte da Itália: Veneto, Lombardia, Trentino/Alto-Adige, Friuli/Venezia-Giulia.

O principal porto de entrada de migrantes no Espírito Santo foi Vitória. A partir daí, os colonos eram transportados por barcos menores a outros portos como Itapemirim, Benevente, São Mateus. Ao chegarem eram alojados na hospedaria por alguns dias para depois serem encaminhados ao interior do estado.

O Cônsul Real em Vitória Carlo Nagar, em seu relato de 1895, escreve que aos colonos era dada a possibilidade de escolha do local e das condições de trabalho.

> " Os imigrantes podem requerer um lote de terreno a colonizar, podem ser colocados como meeiros ou, ainda, optar por serem encaminhados àqueles centros que precisam de diaristas. São, portanto, reunidos em grupos de acordo com seu destino e enviados pela costa ao ponto mais próximo da localidade a que são destinados, tais como: Benevente e Itapemirim pelo sul, e Santa Cruz, Rio Doce e São Mateus pelo norte".[37]

Na primeira fase (1874-1881) os italianos entraram por dois portos: Vitória, de onde foram encaminhados para a colônia de Santa Leopoldina, mais especificamente para o núcleo do Timbuy e Benevente, de onde foram encaminhados para colônia de Rio Novo.

> "Nucleo do Timbuhy – conta este núcleo de existencia, seis annos, e está dividido em oito districtos. É pela naturesa de seu solo, pouco apto para a cultura do café, a única que seduz o colonos pelos seus vantajosos resultados. A sua população sobe cerca de 3000 almas provindas de 365 familias ali estabelecidas, em sua maioria, italianas".[38]

A política imperial para a migração foi alterada com o decreto nº 7570 de 20/12/1879 que suspendeu todos os favores e auxílios que eram prestados aos migrantes para instalação nos núcleos coloniais.

A primeira fase da migração capixaba é encerrada considerando-se este decreto, porém, é utilizado o ano de 1881 como delimitador pois até essa data muitos colonos ainda se estabeleceram no Espírito Santo valendo-se das vantagens concedidas pelo decreto nº 3784 de 19/01/1867.

A segunda fase (1882- 1887) foi marcada por um número muito pequeno de colonos que se estabeleceram no estado, isso devido à mudança nos incentivos do governo imperial que

[37] NAGAR, Carlo. Relato do Cavalheiro Carlo Nagar – Cônsul Real em Vitória. O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (fevereiro de 1895). Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995, pag. 43

[38] Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Espirito-Santo em sua sessão ordinaria de 8 de março de 1881 pelo presidente da provincia, exm. sr. dr. Marcellino de Assis Tostes. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1881, pag. 40.

passou a atender à crescente carência de braços com que se defrontava a grande lavoura cafeeira, em especial na província de São Paulo.

Nesta fase os italianos chegaram principalmente pelo porto de Vitória e sua ocupação foi dirigida a lugares mais diversos, como São Mateus ao norte e a região de Itapemirim ao sul da província.

Em 16 de julho de 1886 foi criada a Sociedade Espírito-Santense de Immigração com o objetivo de incentivar e ampliar a entrada de estrangeiros na província. Essa medida é o primeiro passo que a o governo provincial toma para atrair a mão-de-obra estrangeira, visto que o governo imperial deixou de financiar a imigração do Espírito Santo. Nota-se, através dos relatórios de província, que o assunto colonização ou imigração, antes muito abordado, durante esses anos ficam praticamente sem menções.

"de outubro de 1885 a 31 a agosto do corrente anno entrarão 117 immigrantes, sendo: italianos 99 e allemães 18, numero sem duvida assaz diminuto para uma província, que segundo diz o Inspector Especial de Terras e Colonisação, possue terrenos de primeira qualidade em condições de receber mais de 200.000 immigrantes".[39]

O período compreendido entre 1889-1896, que representa a terceira fase da migração capixaba, é caracterizado pela ação direta do governo local que, após a abolição dos escravos, precisou criar políticas próprias para incentivar a vinda de mão-de-obra para as grandes lavouras cafeeiras. A entrada dos italianos nesta fase ocorreu principalmente pelo porto de Itapemirim, na região sul do Espírito Santo, onde se concentravam as grandes fazendas.

"Com o concurso efficaz do Governo Municipal, que vae sendo solicito em prover aos demais melhoramentos, que lhe estão a affectos, dentro de alguns annos poderemos ter uma capital digna d'esse nome, e uma cidade na altura dos seus largos destinos.
- A corrente immigratoria, mantida pelos cofres do Estado desde 1892, teve grande incremento nos ultimos mezes do anno passado e após ligeira interrupção motivada pelo apparecimento do cholera no Estado, foi retomada com a mesma regularidade. O numero de immigrantes introdusidos n'esses dose mezes excede de sete mil, sendo a grande maioria composta de familias agricultoras."[40]

O encerramento da terceira fase e consequentemente do período de maior fluxo de migração para o estado aconteceu em 1895, quando o cônsul Carlo Nagar denunciou em seu relatório as condições que os colonos italianos, atraídos pela propaganda enganosa, enfrentavam nos núcleos coloniais.

[39] Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espirito-Santo pelo presidente da provincia, desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886. Victoria, Typ. do Espirito-Santense, 1886, pag. 24.
[40] Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo José de Mello Carvalho Moniz Freire em 17 de setembro de 1895.

"(...) a imigração italiana neste Estado, portanto, é constituída principalmente de agricultores, mas existem também famílias da classe operária e aquelas que fazem o trabalho braçal temporário ou fixo. (...) tanto na cidade como no campo a jornada de trabalho é de 9 horas (...) os imigrantes agricultores com famílias, uma vez embrenhados na várias regiões não podem abandoná-las com facilidade, pois as estradas do interior deste Estado são mal cuidadas e perigosas especialmente nos tempos de chuva, portanto difíceis de serem percorridas com mulheres, crianças e bagagens. (...) Sobressaem infelizmente o clima e as febres endêmicas. (...)Sem dúvida este Estado terá, como outros, um futuro. Entretanto, hoje, mais da metade dos nossos imigrantes estão destinados a formar o substrato do seu bem-estar futuro, perdendo as ilusões, a saúde e muitíssimos também a vida(...)".[41]

Esse relatório levou o governo italiano a proibir a imigração de seu povo para o Estado do Espírito Santo. O decreto assinado em 20 de julho de 1895 determinava:

"O Régio Ministério do Interior, considerando que no Estado do Espírito Santo, seja pelo modo como foram conduzidos os serviços de imigração, seja pelas condições econômicas, climáticas e higiênicas da região submetendo aqueles que emigram a riscos e danos gravíssimos, decreta: é proibido até nova ordem aos agentes e subagentes de efetuarem operações de imigração para o porto de Vitória e, em geral, para o Estado do Espírito Santo".[42]

4. Ocupação territorial e herança cultural

No Espírito Santo, a migração italiana atingiu números absolutos bem menores que, por exemplo, São Paulo e Paraná devido à falta de comunicação e à preferência dos migrantes pelas províncias do sul. Porém, quando se trata em analisar os números relativos, os dados surpreendem, o Espírito Santo era o estado que mais possuía italianos.

"Com uma população nativa mais escassa, o Espírito Santo, era o sétimo colocado na categoria de receptor de imigrantes em 1900, mas o segundo quanto a proporção de estrangeiros no conjunto de sua população (15,7%). Os maiores números relativos apresentados pelo contigente italiano em relação aos estrangeiros pertenciam ao Espírito Santo, ou seja, os italianos neste estado eram 67% em 1920".[43]

Dentre as localidades que ainda conservam características típicas da migração italiana podemos ilustrar algumas referências levando-se em consideração dois dos portos de entrada dos migrantes: Benevente, incluindo os municípios de Vargem Alta, Alfredo Chaves, Marechal Floriano e Anchieta e o porto de Vitória, incluindo o município de Santa Teresa e o Vale do Canaã.

O município de Vargem Alta, localizado a 136 km de Vitória, é caracterizado como essencialmente agrícola, e tem, ainda hoje, o café como principal produto.

[41] Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória. O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (fevereiro 1895). Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995, pag.54.
[42] RIZZETO, R. *L' immigrazione italiana nello stato di Espírito Santo*. Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1903.(xerocópia do artigo do Bolletino Dell´emigrazione).

[43] BASSANEZI, Maria S. C. Beozzo. Italianos no Brasil: o que dizem os censos? In: CASTIGLIONI, Aurélia H. – org. Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998, pág. 59.

A colonização italiana, no município, ocorreu na segunda metade do século XIX, na então colônia do Rio Novo, onde os migrantes foram encaminhados a pequenos lotes de terras. Assim, nessa região, predominaram as pequenas propriedades que se dedicaram ao cultivo do café.

Com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina, entre 1907 e 1910, foi viabilizado o escoamento do café, fato que possibilitou a formação e desenvolvimento de vários núcleos de italianos como Concórdia, Paraíso, Ribeirão e posteriormente, Ipê-Açu, Guiomar, Jaciguá, Boa Esperança, Parada Benjamim entre outros.



Exemplares da arquitetura rural e urbana do município de Vargem Alta.

Alfredo Chaves, que antes pertencia à colônia de Rio Novo, teve uma influência italiana muito significativa. Era a partir dali que acontecia a interiorização dos italianos pelo solo capixaba, ou seja, muitas famílias partiam daí em busca de melhores terras e condições de vida.



Exemplares da arquitetura rural do distrito de Matilde no município de Alfredo Chaves.

O município de Marechal Floriano possui como principal povo migrante os alemães, mas nota-se também a presença de italianos no município.





Exemplares da arquitetura rural e urbana do distrito de Araguaia no município de Marechal Floriano.

No município de Anchieta ainda existe a Casa de Quarentena, lugar onde eram hospedados os imigrantes que chegavam pelo porto de Benevente, para a partir daí seguirem aos núcleos coloniais designados. A Casa encontra-se em estado de degradação e é o imóvel mais significativo sobre a imigração italiana na região.

Segundo Maria Stella de Novaes, em 1878 chegavam ao porto de Benevente os primeiros imigrantes italianos a bordo do vapor Isabela trazendo 802 colonos.[44]

O porto de Benevente, do ponto de vista comercial, era mais freqüentado do que os de Vitória e Itapemirim, e era principalmente a partir dele que os navios saíam para o Rio de Janeiro carregados de diversos gêneros.

Reritiba ou Iriritiba, "O Lugar das Conchas", é o significado do primeiro nome do povoado fundado em 1579 pelo padre José de Anchieta, que ali passou a residir a partir de 1587, permanecendo até a data de sua morte, a 9 de junho de 1597. Em 1º de janeiro de 1759, a aldeia de Iriritiba recebe foros de vila, sob a denominação de Benevente. A 12 de agosto de 1887, a vila de Benevente é elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Anchieta.


Rio Benevente


Casa de Quarentena


Detalhe da Casa de Quarentena

[44] NOVAES, Maria Stella de. *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. Governo do Estado do Espírito Santo: Instituto Jones dos Santos Neves, 1980; pag.70.

Uma das regiões citadas na bibliografia consultada é a do Vale do Canaã. Situado na região serrana do Espírito Santo compreende os municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã. O vale recebera esse nome devido ao romance de Graça Aranha, Canaã, publicado em 1902. O livro cujo título Canaã significa terra rica e fértil, lugar prometido, meta de sonhos e ambições, reproduz a vida de imigrantes alemães que lutam para se adaptar e se fixar em terras brasileiras.

Santa Teresa é considerado como o primeiro município fundado pelos migrantes europeus, em sua maioria os italianos, e possui fortes características culturais e arquitetônicas comuns a essa colonização. Apesar de bastante descaracterizado, ainda conserva alguns prédios típicos dos núcleos urbanos fundados pelos migrantes italianos.

No município está localizada a residência de Virgílio Lambert, uma das primeiras construções feitas por colonos italianos por volta de 1875. Abrigou a família Lambert, imigrantes que se destacaram e trouxeram grande contribuição à região.

Situada na estrada que liga Santa Teresa ao município de Itaguaçu, a residência foi construída por Antonio Lambert, irmão de Virgílio. Possui dois pavimentos e apresenta estrutura independente de madeira com paredes de pau-a-pique e cobertura em duas águas. A armação de taipa é feita com varas colocadas no sentido diagonal, método construtivo típico do norte da Itália. Foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura em 1985.[45]



As duas primeiras fotografias são imagens da Residência de Virgilio Lambert, considerada uma das primeiras construções dos migrantes italianos, as demais são exemplares da arquitetura urbana de Santa Teresa.

---

[45] ACHIMÉ, Fernando A. M. (org). Catálogo de Bens Culturais Tombados no Espírito Santo. Vitória: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Conselho Estadual de Cultura, Universidade Federal do Espírito Santo, pag. 78.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa foi proposta pela 21ª Superintendência Regional/ES e desenvolvida no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP - IPHAN/UNESCO.

A migração italiana foi escolhida como objeto de estudo devido à forte presença de descendentes e suas influências em todo território capixaba e devido também à necessidade de:

> "ampliação e diversificação do universo protegido no ES (...) e de compreender as relações do patrimônio identificado e/ou protegido no ES com os processos histórico-culturais de formação da identidade e da ocupação do território brasileiro(...)".[46]

Ao escrever sobre as diferentes narrativas historiográficas foi possível perceber por exemplo, a não atuação do IPHAN sobre os bens culturais dos migrantes europeus tão fortemente presentes no estado. Além da historiografia capixaba, soma-se o fato de que não havia uma política cultural fortalecida no Estado.

A partir disso foi possível produzir uma nova narrativa pensando o grupo de imigrantes italianos a partir da especificidade do caso capixaba.

Hoje a atuação do IPHAN não contempla apenas um projeto nacional, mas considera as especificidades regionais tratando de questões mais amplas e pensando as diferentes tradições e etnias que se incorporaram à cultura brasileira. Um exemplo disso aqui no estado foi o registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras inscrita no Livro de Registros dos Saberes em 2002.

Importante destacar aqui, um fato que vem acontecendo, cada vez mais frequentemente no estado, com as construções feitas pelos migrantes e que pudemos observar quando da visita ao município de Alfredo Chaves. Há um mercado informal que compra os imóveis dos descendentes dos migrantes a fim e aproveitar as madeiras para reconstruí-las em outro lugar. Isso só afirma, ainda mais, a necessidade de se preservar esse patrimônio que aos poucos vai desaparecendo.

Assim o objetivo principal dessa pesquisa foi o de contribuir com subsídios históricos para atuação da 21ª SR em relação aos bens culturais dos migrantes italianos, lembrando porém, que há ainda um grande caminho a percorrer.

[46] ABREU, Teresa Carolina Frota de. Superintendente da 21ª SR/ES. Anexo ao MEMO 21ºSR/141/04, de 28.10.2004.

Bibliografia

ACHIMÉ, Fernando A. M. (org). *Catálogo de Bens Culturais Tombados no Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Conselho Estadual de Cultura, Universidade Federal do Espírito Santo.

BISSOLI, Orestes. *Memórias de um imigrante italiano*. Vitória, ES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

BITTENCOURT, Gabriel. Espírito Santo. *Alguns aspectos da independência 1820/1824*. Vitória: IHGES, 1985.

CASTIGLIONI, Aurélia H. – org. *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998.

CAVATI, João Batista. *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e civilização no trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HARTOG, François. *A Arte da Narrativa Histórica*. IN: BOURTIER, Jean e JULIA, Dominique (org). Passados Recompostos – Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pág. 106.

Jornal Correio do Sul. Estado do Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim, ano I, nº 80, 07 de março de 1929.

LOPES, Almerinda da Silva. *Arte no Espírito Santo do século XIX à Primeira República*. Vitória: Ed. Do Autor, 1997, pag. 21.

MARQUES, Cesar Augusto. *Diccionario histórico, geographico e estatístico da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1879.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: Museus & cidades: livro do seminário internacional. Org: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, KESSEL, Carlos, GUIMARAENS, Cêça. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

MENDES, Jussara de Moraes. Parecer DITEC/6ª SR/IPHAN nº 011, 29/12/04

MOREIRA, Vania M. L. *A produção histórica dos "vazios demográficos": Guerra e Chacina no Vale do rio Doce 1800-1830* .In: Revista do Departamento de História da UFES, nº 9. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, EDUFES, 2001.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Cultura e Arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1997.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do IHGES*. Vitória: IHGES, 2003.

NOVAES, Maria Stella. *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo: Instituto Jones dos Santos Neves, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

POSENATO, Julio. *Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.

Relatório de presidente da província do Espírito Santo. 1848, 1856, 1858, 1862, 1881, 1886 e 1895.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nºs 23 (1994), 24 (1996) e 26 (1997).

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1984

SALMONI, Anita e DEBENEDETTI, Emma. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820*). 7ª edição: São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SPHAN próMemória n. 15, novembro/dezembro 1981. Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memória Statistica da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

Instituições pesquisadas:

Arquivo Nacional
Arquivo Público Municipal de Vitória
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Biblioteca Nacional
Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo
Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo
Biblioteca Noronha Santos – IPHAN
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo